

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS PROCURADORES GERAIS

MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

RELATÓRIO

Em atendimento à determinação emanada do Procurador Geral de Justiça do Estado da Paraíba, tivemos a honra de representá-lo na reunião ordinária do **CNPG** realizada em Maceió-AL, nos dias 25 e 26 de janeiro do corrente ano, para onde nos deslocamos.

Dentre os vários temas abordados na ocasião (alguns foram adiados em razão da justificada ausência do conselheiro-relator), ressaltamos o Programa Nacional de Comunicação Social do Ministério Público Brasileiro, tendo como relator o Exmo. Sr. Cláudio Soares Lopes, Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Sobre esse assunto, o ilustre relator demonstrou a necessidade de maior interação entre o MP e a população brasileira, com ampla publicidade da atuação do Ministério Público, para que a sociedade, de maneira geral, tome conhecimento do que vem sendo realizado pelos vários ramos do Ministério Público Brasileiro em sua defesa.

Outro assunto abordado na ocasião disse respeito ao intercâmbio de boas práticas administrativas e funcionais dos vários Ministérios Públicos, com relatoria do Procurador Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, Dr. Marcelo Ferrá de Carvalho. Nesse importante tema o expositor falou da inegável importância de maior intercâmbio entre o Ministério Público dos estados, de maneira a contribuir com o aperfeiçoamento do Parquet através de experiências exitosas de nossas congêneres. Dentro desse tema, foi apresentado pelo Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais, Dr. Alceu Torres Marques, programa que diz respeito ao Sistema Única de Registro, disponibilizado de maneira gratuita a todo o Ministério Público Brasileiro.

Institucionalização do CNPG, foi outra matéria abordada na ocasião, tendo como expositor o Dr. Azeredo Bandarra, Procurador Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, tendo a Procuradora Geral de Justiça do Ceará, Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto abordado o tema “Apoio e Planejamento - Controle Interno”, extremamente necessário para uma boa prática administrativa nos dias hodiernos.

Ainda nessa reunião ordinária foi aprovada nota de apoio ao III Plano Nacional de Direitos Humanos.

Esse, de maneira resumida, o relatório das atividades desenvolvidas na reunião da qual participamos.

Nelson Antonio Cavalcante Lemos
Sub Procurador Geral de Justiça